

Caro(a) aluno(a),

Neste Caderno são apresentados dois temas básicos – as relações entre Filosofia e Ciência, e entre a liberdade e o determinismo, o destino e a providência divina. Ao abordar essas temáticas procurou-se atentar para as definições e as demandas éticas que podem surgir a partir dos temas propostos.

As questões propostas nas Situações de Aprendizagem deste Volume contam com diferentes perspectivas filosóficas e têm o sentido de proporcionar uma compreensão mais objetiva da tradição filosófica, sem esgotar as possibilidades dessa temática tão complexa.

Você terá a oportunidade de entrar em contato com uma das mais significativas produções escritas para o teatro – *Édipo Rei*. Fragmentos dessa tragédia expostos neste Volume têm o duplo sentido de proporcionar a reflexão sobre liberdade e destino, destacando a familiaridade entre os domínios da Filosofia e da produção artística.

As diferentes perspectivas aqui apresentadas têm o objetivo de mostrar o quanto é complexa a delimitação de campos de saberes e a condição da liberdade na nossa subjetividade e na vida social.

Os assuntos abordados neste Caderno procuram, dessa forma, atender à necessidade comum de ler, interpretar e dar significado às produções humanas e suas diferentes sistematizações, assim como oferecer condições de efetivar novas formas de experimentar e buscar melhores condições de viver e conviver conforme as exigências do nosso tempo.

Bom trabalho!

Equipe Técnica de Filosofia
Área de Ciências Humanas
Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas – CENP
Secretaria da Educação do Estado de São Paulo





SITUAÇÃO DE APRENDIZAGEM 1 FILOSOFIA E CIÊNCIA

Ao tratar da origem e caracterização do discurso filosófico, você foi desafiado a comentar um fato a partir de dois pontos de vista: o de um filósofo e o de um religioso. O objetivo era identificar semelhanças e diferenças entre os dois discursos produzidos.

Neste momento, vamos pensar a distinção e a aproximação entre o discurso filosófico e o discurso científico.

Para começar, você fará uma comparação entre um fragmento de texto filosófico e um breve texto tipicamente científico.



Leitura e Análise de Texto

De como filosofar é aprender a morrer

“Para Cícero, filosofar não é outra coisa que preparar-se para a morte. Talvez porque o estudo e a contemplação tiram a alma para fora de nós, separam nossa alma do corpo, o que, em suma, se assemelha à morte e constitui como que um aprendizado em vista dela. Ou então é porque de toda sabedoria e inteligência resulta, finalmente, que aprendemos a não ter receio da morte. Em verdade, ou nossa razão falha ou seu objetivo único deve ser a nossa própria satisfação, e seu trabalho tender para que vivamos bem, e com alegria, como recomenda a Sagrada Escritura.

[...] Não sabemos onde a morte nos aguarda, e por isto a esperamos em toda parte. Refletir sobre a morte é refletir sobre a liberdade; quem aprendeu a morrer, desaprendeu de servir; nenhum mal atingirá quem na existência compreendeu que a privação da vida não é um mal; saber morrer nos libera de toda sujeição e constrangimento.” [...]

MONTAIGNE, Michel de. *Les Essais. Livre I. Chapitre XIX*. p. 33 e 36. Tradução Luiza Christov. Disponível em francês em: <http://www.dominionpublico.gov.br/pesquisa/DetailheObraForm.do?select_action=&co_obra=3384>. Acesso em: 12 jan. 2010.

Relatório científico

Dados de mortalidade no Brasil

[...] “As lesões não intencionais e as violências constituem a primeira causa de mortalidade registrada na faixa etária de 15 a 60 anos, representando 30% do total de óbitos de causas determinadas em 1994.¹ Os homicídios e os acidentes de trânsito produzem impacto substancial na força de trabalho dos grandes centros urbanos, tendo sido responsáveis, em conjunto, por 28,7% dos anos de trabalho potencialmente perdidos (ATPP) em 1987.² Seguem-se, em ordem decrescente de importância, as doenças do aparelho

circulatório (24%) e as neoplasias (13%). A distribuição por subgrupos de idade mostra forte predominância das causas externas nos estratos de 15-19 e 20-29 anos (71% e 62%, respectivamente). Esse grupo de causas ocupa o primeiro lugar também entre 30-39 anos (38%), em que também há participação importante das doenças do aparelho circulatório (16%) e das doenças endócrinas e metabólicas (12%). Nos grupos etários de 40-49 e de 50-59 anos predominam as doenças do aparelho circulatório (30% e 39%, respectivamente), seguindo-se as neoplasias (16% e 21%) e as causas externas (20% e 9%).

Cerca de 70% dos óbitos em todo o grupo adulto corresponderam ao sexo masculino.” [...]

¹ VEIGA, Jairo D. *Perfil de saúde dos trabalhadores urbanos*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 1996.

² MINISTÉRIO DA SAÚDE. Fundação Nacional de Saúde / Cenepi. Base de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

A saúde no Brasil. Relatório da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (Opas/OMS). Brasília, nov. 1998. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=14890>. Acesso em: 12 jan. 2010.

1. Como se apresentam as informações em cada um dos textos?

2. Quais as diferenças que mais chamam a atenção nos dois breves textos?



Leitura e Análise de Texto

Filosofia e Ciência: uma origem comum e um destino de separação

No momento de origem da Filosofia, na Antiguidade Grega, não havia distinções entre Filosofia e Ciência. Filosofia era considerada o conjunto de todos os conhecimentos: físicos e metafísicos. A leitura dos textos de Aristóteles, por exemplo, revela que este autor escreveu sobre a alma e sobre a natureza, sem distinguir os campos de conhecimento científicos e filosóficos como fazemos atualmente.

O saber filosófico contemplava uma enorme diversidade de conhecimentos, uma vez que os primeiros filósofos colocavam-se questões relativas aos campos que hoje são identificados como Matemática, Biologia, Física, Lógica, Música, Teatro, Astronomia, Política e Ética.

O mundo a ser compreendido abarcava questões em torno de dois grandes temas: a natureza e o homem. E como não havia acúmulo de conhecimentos associados a nenhum dos dois temas, a Filosofia foi se constituindo como um campo amplo de perguntas e respostas sobre o mundo natural e o mundo humano.

Essa abordagem ampla da Filosofia preservou-se até o período medieval, quando a Teologia se constituiu como campo dos estudos sobre Deus e sobre a fé.

A partir do Renascimento e durante a Idade Moderna, Física, Matemática, Química e Biologia foram conquistando autonomia em relação à Filosofia e delimitando campos específicos de investigação de seus objetos num processo que se estende por séculos.

Newton e Descartes são autores cujas obras registraram aspectos que sugerem uma transição, na qual a Filosofia se separa da Ciência. O livro em que Newton apresenta leis da mecânica chama-se *Princípios matemáticos de filosofia natural*.

Um livro de Descartes, que se chama *Princípios de Filosofia*, está dividido em quatro partes, denominadas *Dos princípios do conhecimento humano*, *Dos princípios das coisas materiais*, *Do mundo visível* e *A Terra*.

Foi fundamental para a separação entre Filosofia e Ciência a formulação sobre o método científico, que tem início no Renascimento, nos séculos XIV, XV e XVI, e se consolida nos séculos XVII, XVIII e XIX. Essa formulação entende que os conhecimentos sobre a natureza devem ser passíveis de observação e experimentação para verificação de hipóteses. O próprio conceito de Ciência ganha essa forte significação de conhecimentos, que podem ser observados e experimentados para comprovação ou negação.

Outra ideia formulada no interior das Ciências, sobretudo a partir do século XIX, serve para especificá-la diante da Filosofia: a neutralidade do cientista em relação ao objeto de conhecimento. Segundo essa concepção, de que é preciso ser neutro diante do objeto investigado, o cientista não deveria interpretar e decidir quais dados selecionar

entre aqueles que vai encontrando no processo de pesquisa científica. Essa concepção contemplava a visão de que os dados deveriam falar por si próprios, sendo o papel do cientista evidenciá-los.

Muitas vezes, diante dessa perspectiva, considera-se que, de modo geral, os filósofos posicionam-se pensando seus temas valendo-se de sua visão de mundo, a qual condiciona sua interpretação, o que contrastaria com a neutralidade da Ciência. Filosofia e Ciência deveriam, assim, construir caminhos separados para o conhecimento.

Em síntese, pode-se afirmar que Filosofia e Ciência nascem juntas como conjunto de conhecimentos sobre a natureza e a sociedade humana e separam-se de forma vagarosa, ao longo de pelo menos seis séculos, nos quais uma determinada visão de Ciência, baseada na observação, experimentação, comprovação de hipóteses e suposta neutralidade, contribuiu para essa separação e caracterização dos discursos filosóficos e científicos, com a qual nos ocupamos neste Caderno. Aliada a essa visão de Ciência, tivemos ainda a crescente especialização dos saberes e a criação de campos de disciplinas como conhecemos atualmente.

Nos séculos XIX e XX, uma nova visão de Ciência é formulada, baseada na ideia de que nem sempre são possíveis comprovações ou experimentações e é impossível a neutralidade do cientista, uma vez que ele necessariamente interpreta, seleciona e se posiciona de forma interessada diante de seus dados.

Como aproximações entre discurso filosófico e discurso científico, podemos destacar:

- a curiosidade e o conjunto de perguntas sobre a realidade que inspiram ambas as investigações;
- o esforço de explicitação de ideias que filósofos e cientistas empreendem;
- a construção de argumentação que permita a comunicação dos saberes formulados, investigados;
- a utilização de metáforas para oferecer imagens mais próximas a saberes já conhecidos no esforço de comunicação dos novos conhecimentos.

Como diferenças, podemos destacar:

- a Filosofia utiliza diversos gêneros textuais para expressar suas ideias: cartas, poemas, diálogos, ensaios. A Ciência não faz uso de tão diverso universo de gêneros textuais e seu gênero é o relatório de pesquisa e o artigo científico. A Filosofia questiona métodos e finalidades da Ciência. A Ciência utiliza instrumentos para construir dados e a Filosofia não está associada ao uso de instrumentos;
- as definições dos termos em Ciência são especificadas de forma que se generalize seu significado e, em Filosofia, um termo ou expressão pode ter diferentes significados, a depender do contexto e da formulação argumentativa do autor. Exemplo: a palavra “átomo”, em Química, e a palavra “sujeito”, em Filosofia. É comum usarmos as expressões: “Marx entende o sujeito como...”; “Para Foucault, o significado da

palavra sujeito é...”; “Em Deleuze, o sujeito é...”; ou “Descartes afirmava que o sujeito constituiu-se em...”

Além dessa reflexão sobre a diferença entre os textos filosóficos e científicos, a experiência de leitura desses dois tipos de discurso contribuirá para o reconhecimento não apenas das marcas próprias de cada um, mas sobretudo de sua importância para a formação do cidadão.

Elaborado especialmente para o *São Paulo faz escola*.

1. Após a leitura dos textos (*De como filosofar é aprender a morrer* e *Relatório científico – Dados de mortalidade no Brasil*) e considerando-se o texto *Filosofia e Ciência: uma origem comum e um destino de separação*, o que se pode afirmar sobre a diferença entre Filosofia e Ciência?

2. Para elaborar cada um dos textos, o filosófico e o científico, os procedimentos de pesquisa são os mesmos? Justifique sua resposta.



LIÇÃO DE CASA



Entreviste alguns de seus professores da área de Ciências da Natureza, Biologia, Química e Física, e pergunte:

1. Existem mitos na Ciência? Se a resposta for afirmativa, indique exemplos.
2. Você poderia citar exemplos sobre em que momentos a Ciência promove a humanização e em que momento ela promove ou atua contra a humanização?

Com as informações obtidas nas entrevistas, a atividade poderá ser finalizada com um debate sobre as possibilidades e os limites da Ciência no processo de humanização.



VOCÊ APRENDEU?



1. Comente o tratamento dispensado ao tema “morte” no texto apresentado de Montaigne e no texto da Organização Pan-Americana da Saúde.

2. Se comparada com o discurso científico, como se pode definir a Filosofia?



SITUAÇÃO DE APRENDIZAGEM 2 O LIBERTARISMO

O tema central deste Volume é a “liberdade”. Vamos começar a estudar esse tema levando em conta o que você e seus colegas já pensam sobre ele.

1. O que é liberdade para você? Dê uma definição.

2. É possível ser livre na sociedade em que vivemos? Por quê?

3. Você se considera uma pessoa livre? Justifique.



Leitura e Análise de Texto

Liberdade – Introdução

A liberdade é, sem dúvida, um dos valores mais apregoados e defendidos no mundo contemporâneo. Figura como direito inalienável na Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão e na Constituição da maioria das nações. No caso do Brasil, esse direito é assegurado pelo artigo 5º da Constituição Federal.

Mas será que todos a entendemos no mesmo sentido? Em nome desse valor moral tão decantado já não se cometeram horríveis atrocidades? Será que ela se aplica da mesma maneira a todas as pessoas e classes sociais? Por exemplo, a Constituição diz, no artigo 5º, inciso XIII, que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”. Na prática, porém, todos podem escolher com liberdade a profissão que irão exercer? O inciso XV do mesmo artigo diz que “é livre a locomoção no território nacional”. Mas todos têm iguais condições para decidir quando, como e para onde desejam ir, por exemplo, nas férias ou nos feriados prolongados? Será que a liberdade proclamada no plano formal (na lei, por exemplo) está sendo assegurada na prática?

Do ponto de vista estritamente filosófico, podemos perguntar: O homem é livre para agir segundo sua vontade ou está sujeito a alguma espécie de lei ou mecanismo que determina a forma como ele se comporta? Em outras palavras: as coisas acontecem de determinada forma porque têm necessariamente que acontecer assim, ou somos nós quem as fazemos conforme bem entendemos? Ou será que, na verdade,

tudo acontece por acaso, fortuitamente? Afinal, existe um destino previamente traçado e do qual não conseguimos escapar, ou somos nós os autores e sujeitos do nosso destino, da nossa história? Enfim, é possível ao homem exercer a liberdade? Em que medida?

Vemos que o problema não é simples. Nas próximas duas Situações de Aprendizagem, vamos tratar do tema da **liberdade**. Na realidade, já o abordamos brevemente no Volume anterior, na segunda Situação de Aprendizagem, quando estudamos a desigualdade vista por Rousseau, no texto *O contrato social e a igualdade formal*, em que ele procura conciliar obediência às leis com exercício da liberdade. Segundo Rousseau, pelo contrato social, cada membro da sociedade decide voluntariamente alienar-se de seus direitos particulares em favor da comunidade. Como essa alienação é praticada por todos, e como as leis às quais cada um deve obedecer são fruto da **vontade geral**, na prática, cada cidadão obedece às leis que prescreveu para si mesmo, preservando, assim, sua liberdade. Desse modo, Rousseau estabelece uma distinção entre **liberdade natural** (fazer tudo o que se deseja e que se possa) e **liberdade civil** ou **liberdade moral** (limitada pela vontade geral). Esta, para ele, é a “única que torna o homem verdadeiramente senhor de si mesmo, posto que o impulso apenas do apetite constitui a escravidão, e a obediência à lei a si mesmo prescrita é a liberdade”.¹

A partir de agora vamos ampliar um pouco mais o estudo desse assunto, examinando sumariamente três posições filosóficas.²

Evidentemente, haveria muitas outras formas de se abordar o assunto, objeto de estudo de inúmeros autores que refletiram sobre esse tema a partir das mais diversas perspectivas. Optamos, porém, pela abordagem apresentada por entendermos que ela favorece uma visão panorâmica, sistemática e crítica acerca da liberdade, sobretudo considerando a forma como ela se nos apresenta nos dias de hoje.

¹ ROUSSEAU, J-J. *Do contrato social*. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2244>. p. 12. Acesso em: 12 jan. 2010.

² São elas: 1) o **libertarismo** ou a concepção da liberdade como autodeterminação ou autocalusalidade; 2) o **determinismo**; e 3) a **dialética**. As duas primeiras opõem-se uma à outra, ao passo que a terceira procura superar o antagonismo entre elas.

Elaborado especialmente para o *São Paulo faz escola*.

Leia o texto com atenção e faça um breve comentário acerca dos pontos que você considerou relevantes. Não se esqueça de justificar seus posicionamentos.



PESQUISA INDIVIDUAL

Para ampliar um pouco mais a reflexão e, também, trazer o tema da liberdade para situações históricas bastante concretas, você pode assistir ao filme *Milk – A voz da igualdade* (direção de Gus Van Sant, 2008), sobre a história de um cidadão americano que acabou se tornando uma importante liderança política na defesa da liberdade para os homossexuais. Apresentamos uma pergunta-guia para reflexão:

Você concorda com a causa defendida por *Milk – A voz da igualdade*? Justifique em folha avulsa.

Se não for possível assistir ao filme *Milk – A voz da igualdade*, descreva e discuta uma situação que envolva o tema liberdade em um filme a que você já tenha assistido.



Leitura e Análise de Texto

O Ato Institucional nº 5, de 13 de Dezembro de 1968

O **Ato Institucional nº 5**, de 1968, conhecido como **AI-5**, um dos instrumentos jurídicos usados pela ditadura militar instalada no Brasil em 1964, tinha como uma de suas justificativas assegurar a “**autêntica ordem democrática, baseada na liberdade**” e “**no respeito à dignidade da pessoa humana**”. Apesar disso, instituía medidas de exceção, tais como: dava amplos poderes ao presidente da República, que podia, entre outras medidas, “decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores”; “legislar em todas as matérias”; “decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição”; “suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais”; suspender o “direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais”; proibir “atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política”; impor a “liberdade vigiada”; proibir de “frequentar determinados lugares”; “demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade” empregados de “autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista”, além de “demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das polícias militares”; “decretar o estado de sítio”; suspender “a garantia de *habeas corpus*”. Assim, em nome da liberdade, da democracia e da dignidade humana, o AI-5 passava por cima da Constituição, lei maior que justamente deveria salvaguardar esses princípios.

Baseado em: BRASIL. *Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 12 jan. 2010.

A liberdade e a democracia são compatíveis com medidas como as previstas no AI-5? Justifique a sua resposta.



Leitura e Análise de Texto

Esse texto poderá ajudá-lo nas discussões e na elaboração das respostas. Reflita com os seus colegas sobre as questões referentes ao texto.

Liberdade segundo Aristóteles

A posição do libertarismo é aquela que entende a liberdade como a possibilidade do indivíduo de decidir e agir conforme sua própria vontade. Ser livre é, pois, o mesmo que agir **voluntariamente**, sendo esta vontade determinada pelo próprio agente exclusivamente. Ou seja, diante de uma situação qualquer, posso agir de uma maneira ou de outra, dependendo apenas de minha decisão. Daí esta concepção também ser denominada de perspectiva da **autodeterminação**, pois o próprio sujeito que age é a causa de sua ação, sem que sofra qualquer constrangimento de fatores externos a ele. Esta é, também, ao que parece, a posição que mais se aproxima da concepção de liberdade característica do senso comum.

Um dos primeiros a formular essa noção de liberdade foi Aristóteles, 384-322 a.C., em sua obra *Ética a Nicômaco*, mais precisamente no Livro III. Inicia distinguindo o voluntário do involuntário. “Parecem ser involuntárias as ações praticadas por força ou por ignorância. É forçado o ato cujo princípio é exterior ao agente, princípio para o qual o agente ou o paciente em nada contribui; por exemplo, se o vento ou homens, que dominam a situação, levarem-no a algum lugar”.¹

Por conseguinte, “o voluntário parece ser aquilo cujo princípio reside no agente que conhece as circunstâncias particulares nas quais ocorre a ação”.²

Mas há, também, para Aristóteles, certas ações que parecem misturar o caráter voluntário e involuntário. Por exemplo, “se um tirano ordenasse a alguém fazer algo ignóbil retendo em seu poder pais e filhos que seriam salvos se o fizesse, mas morreriam se não o fizesse”; ou quando se faz “o lançamento ao mar da carga de um navio durante uma tempestade”³ em nome da segurança da embarcação. Embora seja discutível o caráter voluntário ou involuntário de atos desse tipo, eles se assemelham mais a atos voluntários, visto que em condições normais não teriam sido realizados. Resultam, portanto, de uma **escolha** que se dá em função das circunstâncias do momento. São, portanto, ações “voluntárias, mas absolutamente, presumivelmente, são involuntárias, pois ninguém escolheria quaisquer destes atos por si mesmos”⁴, isto é, pelo que eles próprios representam.

Mas, como vimos, o involuntário é também aquilo que se faz por ignorância. Existe uma diferença entre agir **por** ignorância e agir **na** ignorância. No primeiro caso, age-se por causa da ignorância, isto é, a ignorância é a causa da ação. Se soubesse o que fazia, a pessoa não agiria de tal maneira. Por exemplo, quando uma criança brincando com um revólver o dispara acidentalmente, ferindo uma pessoa, ou quando alguém tem uma reação alérgica a um medicamento cujos efeitos colaterais desconhecia. No segundo caso, a ignorância não é propriamente a causa da ação, mas, ao contrário, consequência de uma outra causa (a embriaguez, a fúria etc.), que leva a pessoa a ignorar momentaneamente o que faz. Por exemplo, quando um homem embriagado atravessa uma avenida movimentada pondo em risco sua vida e a de outra pessoa.

Após esclarecer o sentido de voluntário e involuntário, Aristóteles passa a discutir o conceito de **escolha**. Em primeiro lugar, “a escolha deliberada é acompanhada de pensamento e reflexão”.⁵ Por isso, ela é própria dos seres humanos. Os animais não são capazes de escolher, como vimos no exemplo dado por Rousseau (Volume 2, segunda Situação de Aprendizagem – texto *O homem no estado de natureza*): um gato faminto morre de fome diante de uma porção de frutas. Não lhe é possível decidir comê-las ou não. Apenas obedece aos condicionamentos que a natureza lhe impôs. O homem, ao contrário, dotado da capacidade de escolha, pode se alimentar do que não gosta e até de alimentos que lhe são prejudiciais à saúde.

Escolher envolve sempre **deliberação**, decisão. Deliberar, por sua vez, requer investigação e análise.⁶ Mas nem tudo é passível de deliberação. Sobre certas coisas não temos nenhum poder de decidir. Por exemplo: o fato de a diagonal e os lados de um quadrado terem medidas diferentes, os solstícios, o nascimento e a morte das estrelas, as secas e as chuvas, os acontecimentos fortuitos (como um tesouro que se encontra por acaso, ou um pneu que fura na estrada). Mesmo entre os atos humanos há muitos sobre os quais não podemos deliberar. Um brasileiro não pode decidir sobre as leis da Argentina. Em suma, nenhuma dessas coisas pode ocorrer por nossa iniciativa.

Sobre o que, então, podemos escolher e deliberar? Apenas “sobre as coisas que estão em nosso poder, i.e., que podem ser feitas”.⁷ Ou seja, deliberamos sobre coisas possíveis,

as quais são assim definidas por Aristóteles: “São possíveis aquelas coisas que ocorrem por nós mesmos”⁸, isto é, que podemos realizar com nossos próprios esforços. Por exemplo: um médico pode deliberar sobre os meios de conduzir o tratamento; um comerciante, sobre as formas de negociar seus produtos; um professor, sobre os procedimentos didáticos mais adequados; e assim por diante. Assim, diz Aristóteles, “cada um de nós homens delibera sobre aquilo que pode ser feito por si próprio”.⁹

Ora, se a escolha supõe deliberação e só podemos deliberar sobre coisas possíveis (que estão a nosso alcance), então só podemos escolher coisas possíveis. “A escolha não pode visar a coisas impossíveis, e quem declarasse escolhê-las passaria por tolo e ridículo”.¹⁰

Temos, então, uma definição de escolha:

“Dado que o objeto de escolha deliberada é o objeto de desejo deliberado do que está em nosso poder, a escolha deliberada será, então, o desejo deliberativo do que está em nosso poder, pois, julgando em função de ter deliberado, desejamos conformemente a deliberação”.¹¹

Concluindo, podemos tentar agora definir a liberdade com base no que vimos do pensamento de Aristóteles. Liberdade seria, então, agir voluntariamente (isto é, tendo no próprio agente o princípio motor da ação e sem qualquer interferência externa a ele), podendo escolher entre coisas possíveis mediante um processo de deliberação.

O problema dessa concepção de liberdade é que ela exclui por completo qualquer determinação exterior ao sujeito, entendendo que, se nossas escolhas resultassem de causas externas a nós ou de leis necessárias ou mesmo do acaso, não dependeriam de nossa deliberação e, conseqüentemente, não seriam livres. A liberdade seria, pois, impossível. Mas será que nossas escolhas podem ser isoladas das circunstâncias em que as fazemos e que, muitas vezes, independem de nossa vontade? Por exemplo: o médico pode escolher o melhor tratamento para um paciente que não pode pagar por ele, ou se o hospital de sua cidade não possui os devidos recursos? O pequeno comerciante tem liberdade para decidir o preço de suas mercadorias, tendo que enfrentar a concorrência dos grandes? O professor pode adotar os recursos didáticos que deseja, se a escola não dispõe de bibliotecas, laboratórios, equipamentos, enfim, das condições objetivas adequadas?

Se a resposta for negativa, talvez tenhamos de admitir que o libertarismo não responde de forma plenamente satisfatória ao problema da liberdade.

¹ ARISTÓTELES. *Ethica Nicomachea I, 13 - III, 8* – Tratado da virtude moral. Tradução Marco Zingano. São Paulo: Odysseus Editora, 2008. p. 59 [1109b35 – 1110a1].

² Idem, p. 63 [1111a – 20].

³ Idem, p. 59 [1110a – 5].

⁴ Idem, p. 60 [1110a15 – 20].

⁵ Idem, p. 66 [1112a – 15].

⁶ Idem, p. 68 [1112b – 20].

⁷ Idem, p. 67 [1112b – 30].

⁸ Idem, p. 68 [1112b – 25].

⁹ Idem, p. 67 [1112a – 30]. É importante lembrar que Aristóteles pensava a liberdade no contexto da *pólis*, da política, portanto de uma perspectiva coletiva, própria da filosofia do século IV a.C.

¹⁰ Idem, p. 284 [1111b – 20].

¹¹ Idem, p. 69 [1113a – 10].

1. Qual a diferença entre uma ação **voluntária** e uma ação **involuntária**? Após responder, escreva exemplos no quadro.

Ações voluntárias	Ações involuntárias

2. Você é capaz de imaginar um tipo de ação que seja uma espécie de mistura entre voluntária e involuntária? Como ela seria? Cite exemplos.



Desafio!

Leia a matéria a seguir e responda em folha avulsa: O senhor Francisco é livre para sobreviver do lixo, dos restos da Ceasa? Justifique.

Briga para pegar as frutas no lixo

Desempregados transformam sobras da Ceasa em fonte de renda.

“Diariamente, Francisco das Chagas do Nascimento, 39 anos, chega com um carrinho de feira para catar limões e laranjas no lixo. Os restos são fonte de renda para o desempregado. Ele revende as frutas no Parque da Barragem, em Águas Lindas. Por um saco de 200 limões, cobra R\$ 4. ‘Pego do lixo e vendo porque estou doente do coração e preciso comprar remédio’, explica-se, com vergonha de estar ali no meio daquelas trinta pessoas brigando para conseguir frutas boas no meio do lixo.

As laranjas e limões são jogados fora diariamente pelos funcionários da Comercial Mendes, empresa que tem um galpão na Central de Abastecimento para venda de frutas e hortaliças e outro no Setor de Indústria para processamento de laranjas e limões. As frutas que o consumidor não compra no dia vão para um contêiner na rua.

São cerca de duas toneladas de frutas dispensadas todos os dias. Por volta das 17h, as pessoas que se alimentam ou revendem aqueles restos estão a postos para pegar as frutas. ‘O que vejo hoje é que as pessoas que catam do lixo têm nível social melhor do que há 20 anos. Antes, só os miseráveis comiam esses restos. Agora eu vejo pessoas mais bem-vestidas, que estão ali com muita vergonha’, conta Roberto Martins Goulart, gerente-comercial da empresa. A grande maioria dos alimentos dispensados vão para o lixo com qualidade, porém pequenos, manchados ou murchos demais para agradar ao consumidor.” [...]

DIAS, Maria Clarice. Comida jogada fora. *Correio Braziliense*, 31 ago. 2003. Disponível em: <<http://www.consciencia.net/2003/09/06/comida.html>>. Acesso em: 12 jan. 2010.



LIÇÃO DE CASA



Em casa, assista ao filme *O auto da compadecida* (direção de Guel Arraes, 2000), prestando atenção às questões a seguir.

1. Pode-se dizer que Chicó e João Grilo agiam com liberdade quando aplicavam pequenos golpes, aproveitando-se da ingenuidade das pessoas? Por quê?

2. Chicó e João Grilo podem ser moralmente responsabilizados por esses atos? Por quê?

3. Por que o cangaceiro Severino é o único absolvido de imediato no tribunal do Juízo Final, sendo logo enviado para o Céu? Você concorda com essa decisão?

Se não for possível assistir ao filme, leia o artigo 5º da Constituição (Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 19 mar. 2010.) e elabore uma reflexão sobre as condições de atendimento à lei numa sociedade com profundas

desigualdades sociais. Uma reflexão que aborde, por exemplo, a abrangência da liberdade, se ela é a mesma para todos os cidadãos brasileiros em todos os sentidos, inclusive no acesso aos bens de atendimento jurídico.



Leitura e Análise de Texto

Leia o texto a seguir e registre em folha avulsa se você concorda ou discorda dele, ou ainda se entende ser muito difícil um desses posicionamentos. Não se esqueça de justificar sua resposta.

Fumo e livre-arbítrio

Nos últimos anos têm-se avolumado as ações judiciais contra a indústria tabagista, reclamando indenizações em virtude dos males provocados à saúde pelo cigarro. Um dos argumentos mais empregados por essa indústria em sua defesa fundamenta-se na tese do **livre-arbítrio** do fumante. Segundo essa perspectiva, o ato de fumar decorre única e exclusivamente da vontade livre do indivíduo, de modo que os eventuais malefícios que tal ato venha a lhe causar são de sua inteira e exclusiva responsabilidade. Afinal, ninguém é obrigado a começar a fumar. Os que contestam esse argumento, por sua vez, entendem que, na verdade, o fumante é induzido ao vício por inúmeros fatores externos, tais como: a curiosidade, a necessidade de autoafirmação, o espelhamento nos adultos ou nos ídolos, e, principalmente, a publicidade, que, em vez de adotar um perfil informativo, cria uma aura falsamente positiva em torno do fumo e oculta intencionalmente os seus efeitos nocivos.

Documentos revelados em 1994, nos Estados Unidos, demonstraram que nos anos 1960 a indústria do tabaco já havia provado em pesquisas que o alcatrão presente no cigarro causava câncer em animais, que a nicotina provocava dependência e que o nível dessa substância era calculado para manter o fumante viciado. Sabe-se, também, que “188 (cento e oitenta e oito) atores e diretores cinematográficos receberam pagamento das empresas do fumo, entre os anos de 1978 a 1988, para que imagens de cigarro fossem divulgadas nas telas de cinemas”. É evidente que toda essa estratégia de *marketing* induz a subestimar os perigos do cigarro, prejudicando o discernimento do indivíduo.

Assim, pode-se dizer que, na realidade, “não há – ao menos na maior parte dos casos – livre-arbítrio ao se iniciar a prática do tabagismo”. Aliás, como dizia Alberto Magno, o homem livre é aquele que “é causa de si e que não é coagido pelo poder de outro”. Ora, em relação ao fumo, não é o que ocorre. “Frente ao cigarro, o homem não é causa de si, coagido que foi e é pelo influente poder econômico da indústria do tabaco, que, além de seduzi-lo a experimentar um produto mortífero, acaba por transformá-lo num doente crônico, instalando em seu organismo uma dependência que, no mais das vezes, o impede de abdicar do tabagismo pelo simples exercício de sua vontade.”

Adaptado de: DELFINO, Lúcio. *O fumante e o livre-arbítrio*: um polêmico tema envolvendo a responsabilidade civil das indústrias do tabaco. Disponível em: <<http://www.clubjus.com.br/?artigos&ver=2.19138>>. Acesso em: 12 jan. 2010.



Leitura e Análise de Texto

O livre-arbítrio

Por definição, livre-arbítrio é a “possibilidade de decidir, escolher em função da própria vontade, isenta de qualquer condicionamento, motivo ou causa determinante”.¹

Um dos filósofos que se ocuparam de elaborar essa concepção de liberdade foi Santo Agostinho (354-430), que viveu na cidade de Hipona, no Norte da África, onde se tornou bispo católico.²

Para ele, o homem é uma criatura privilegiada, porque foi feito à imagem e semelhança de Deus. Assim, em correspondência com as três pessoas da Trindade, a alma humana também seria dotada de três faculdades: a **memória**, responsável por preservar as imagens provenientes dos sentidos, equivaleria à essência, isto é, àquilo que não muda (Deus Pai); a **inteligência** corresponderia ao *logos*, isto é, à razão, à verdade (Filho); e a vontade representaria o amor que cria o mundo (Espírito Santo). Entre essas faculdades, a mais importante é a **vontade**, que, para Santo Agostinho, é criadora e livre (livre-arbítrio).

Nem mesmo a presciência de Deus é incompatível com a livre vontade do homem. Presciência (pré = antes; ciência = conhecimento) é a capacidade que só Deus possui de conhecer todas as coisas antes que sucedam. De fato, para Santo Agostinho, Deus conhece a ordem das causas que dão origem a todas as coisas. Mas disso não se pode concluir que não há nada que dependa da vontade humana, “porque também nossa própria vontade se inclui na ordem das causas, certa para Deus e contida em sua presciência”.³ Mais adiante, complementa o autor:

“Por isso, de maneira alguma nos vemos constrangidos, admitida a presciência de Deus, a suprimir o arbítrio da vontade ou, admitido o arbítrio da vontade, a negar em Deus a presciência do futuro, o que é verdadeira impiedade”.⁴

Graças ao livre-arbítrio, o homem pode inclusive afastar-se de Deus, afastamento este que consiste na essência do pecado. O pecado, portanto, não é necessário (no sentido de algo que tem obrigatoriamente que acontecer e não pode ser evitado), mas contingente: resulta não de Deus, mas da vontade do homem, isto é, de seu livre-arbítrio, ou, mais precisamente, do mau uso de sua liberdade. A queda de Adão e Eva foi de inteira responsabilidade deles. Mas o seu livre-arbítrio não era suficiente para que retornassem a Deus. Para tanto, era preciso, também, a graça divina. Esta graça seria a ajuda que Deus dá aos homens para que possam cumprir os desígnios divinos e alcançar a salvação. Sem essa ajuda, o homem não conseguiria dirigir-se para o Bem e renunciar ao Mal.

Ocorre, porém, que, para Santo Agostinho, nem todas as pessoas recebem a graça de Deus, mas apenas alguns escolhidos, que estariam predestinados à salvação. É a doutrina de predestinação. Caberia, então, a pergunta: Afirmar a necessidade da graça divina e a existência da predestinação não implica entrar em contradição com a tese do livre-arbítrio? Para

Santo Agostinho, não. Isso porque, na visão do filósofo, mesmo com a ajuda da graça divina, o homem é livre para escolher praticar o Bem ou o Mal. E isso vale também para os que estão predestinados à salvação. Ou seja, para o homem se salvar não basta estar predestinado a isso. É preciso, ainda, que ele escolha fazer o Bem. A predestinação, portanto, não é uma necessidade. Ela depende também da vontade humana. Não fosse assim, não se poderia responsabilizar o homem pelo erro ou pelo pecado. Como diz Santo Agostinho:

“Assim, quando Deus castiga o pecador, o que te parece que ele diz senão estas palavras: ‘Eu te castigo porque não usaste de tua vontade livre para aquilo a que eu a concedi a ti’? Isto é, para agires com retidão. Por outro lado, se o homem carecesse do livre-arbítrio da vontade, como poderia existir esse bem, que consiste em manifestar a justiça, condenando os pecados e premiando as boas ações? Visto que a conduta desse homem não seria pecado nem boa ação, caso não fosse voluntária. Igualmente o castigo, como a recompensa, seria injusto, se o homem não fosse dotado de vontade livre. Ora, era preciso que a justiça estivesse presente no castigo e na recompensa, porque aí está um dos bens cuja fonte é Deus”.⁵

Portanto, conclui o autor, “era necessário que Deus desse ao homem vontade livre”.⁶

¹ *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Edição eletrônica. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

² As considerações aqui apresentadas baseiam-se parcialmente em: PESSANHA, José Américo Motta. Santo Agostinho: vida e obra. In: *Santo Agostinho*. São Paulo: Nova Cultural, 1984. p. V-XX. Leme. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2003. p. 202, v. 2. (Coleção Pensamento Humano).

³ SANTO AGOSTINHO. *A cidade de Deus*. Tradução Oscar Paes Leme. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2003. p. 202, v. 2. (Coleção Pensamento Humano).

⁴ *Idem*, p. 205.

⁵ SANTO AGOSTINHO. *O livre-arbítrio*. Tradução, organização, introdução e notas: Nair de Assis Oliveira. Revisão: Honório Dalbosco. São Paulo: Paulus, 1995. p. 75.

⁶ *Idem*, *ibidem*.

Elaborado especialmente para o *São Paulo faz escola*.

1. Qual é a definição de livre-arbítrio apresentada?

2. Por que, para Santo Agostinho, a presciência divina não é incompatível com o livre-arbítrio dos homens?

3. Por que, para Santo Agostinho, afirmar a necessidade da graça divina e a existência da predestinação não implica entrar em contradição com a tese do livre-arbítrio?

4. Por que a afirmação do livre-arbítrio é necessária para que uma pessoa seja moralmente responsabilizada por seus atos?



LIÇÃO DE CASA



Recentemente no Estado de São Paulo aprovou-se uma lei proibindo o fumo em ambientes de uso coletivo, públicos ou privados, incluindo bares, restaurantes, hotéis, boates etc. Você entende que essa lei fere o livre-arbítrio? Considerando os textos *Fumo e livre-arbítrio* e *O livre-arbítrio*, justifique sua resposta.



VOCÊ APRENDEU?



1. Responda, de acordo com as exposições do seu professor.

a) Apresente uma definição de libertarismo.

b) O que é livre-arbítrio para Santo Agostinho e como ele consegue conciliar a liberdade humana com a teoria da graça e da predestinação? Você concorda?

2. Escolha uma das duas teses a seguir e elabore, em folha avulsa, uma breve dissertação (20 a 30 linhas) argumentando a favor dela. Nessa argumentação, é fundamental que apareçam conceitos e teorias estudados nas aulas.

- **Tese 1:** O fumante **tem** livre-arbítrio para decidir se começa ou não a fumar. Por isso, a indústria tabagista **não deve ser** responsabilizada pelos malefícios provocados à saúde pelo cigarro.
- **Tese 2:** O fumante **não tem** livre-arbítrio para decidir se começa ou não a fumar. Por isso, a indústria tabagista **deve ser** responsabilizada pelos malefícios provocados à saúde pelo cigarro.



SITUAÇÃO DE APRENDIZAGEM 3 O DETERMINISMO

Nesta Situação de Aprendizagem, vamos continuar aprofundando a discussão sobre liberdade, abordando um tema de grande relevância para a Filosofia, que é o determinismo. Segundo a concepção determinista, o mundo, os acontecimentos e até o comportamento humano são regidos por leis necessárias e imutáveis, que escapam ao controle dos homens, de modo que a liberdade é impossível.

1. As coisas acontecem porque têm que acontecer ou somos nós que fazemos com que aconteçam? Justifique.

2. No dia a dia, fazemos inúmeras escolhas a todo momento: da roupa, do calçado ou do corte de cabelo que usamos; do livro que pegamos para ler; da notícia de jornal que privilegiamos; dos valores, das crenças e das opiniões que adotamos; das músicas que preferimos sintonizar no rádio ou baixar da internet; dos programas de TV a que assistimos; da profissão que almejamos no futuro; da pessoa com quem desejamos namorar ou casar etc. Enumere mais algumas escolhas do seu cotidiano e, em seguida, responda: É você mesmo quem escolhe com liberdade ou você é induzido a preferir determinadas coisas e produtos em detrimento de outras?



Desafio!

Leia o texto com muita atenção e proponha uma solução para o dilema entre **libertarismo** e **determinismo** nas linhas que se seguem ao texto. Afinal, tanto um quanto outro apresentam aspectos positivos, mas também sérios problemas. Como então solucionar o impasse? Haveria uma posição conciliatória?

Determinismo e liberdade

Se procurarmos no dicionário, veremos que determinismo é a concepção segundo a qual “tudo no universo, até mesmo a vontade humana, está submetido a leis necessárias e imutáveis, de tal forma que o comportamento humano está totalmente predeterminado pela natureza, e o sentimento de liberdade não passa de uma ilusão subjetiva”.¹ Portanto, se o comportamento humano é determinado, a liberdade torna-se impossível.

Se tudo é determinado, a rigor não há ato voluntário nem escolha. Como tudo é movido por uma causa que se encontra fora de nós, não podemos evitar agir como agimos. Daí também não poderemos ser moralmente responsabilizados pelo que fazemos, visto que não poderíamos tê-lo feito de outro modo. Este parece ser o caso, por exemplo, do cangaceiro Severino, personagem do filme *O auto da compadecida*. A certa altura da história, os protagonistas morrem, indo se encontrar no Juízo Final. Entre todos, porém, apenas Severino é absolvido de imediato e enviado para o Céu. A justificativa é a de que, pela vida miserável que levava, vítima de extrema violência e pobreza, não poderia ser culpabilizado pelos crimes e pecados que cometera. Seu destino fora estabelecido pelas condições em que viveu, sem que tivesse qualquer possibilidade de escolha.



PESQUISA INDIVIDUAL

Pesquise na biblioteca, na internet ou nas fontes indicadas pelo seu professor o que foi a Trágédia Grega e que papel ela cumpria na sociedade ateniense da época clássica.



Desafio!

1. O que é que vive na Terra e pela manhã possui quatro pés, dois ao meio-dia, e três à tarde? Justifique sua resposta.

2. Você acredita que existe um destino previamente traçado para cada pessoa e que não pode ser mudado? Justifique.



Leitura e Análise de Texto

No Brasil, há alguns anos, havia um programa de TV de perguntas e respostas, no qual o participante que acertasse todas as respostas ganharia 1 milhão de reais. Certa vez, um senhor aposentado chegou até a pergunta final, que era a seguinte: “Quantas letras há no lema da bandeira brasileira?” Se desistisse de responder, ganharia R\$ 500 mil. Se errasse, sairia quase sem nada. O senhor decidiu encarar o desafio, mas errou a resposta. Em vez de 15, contou 16 letras. Pensou em “Ordem ou progresso” em vez de “Ordem e progresso”. Saiu do programa com apenas 300 reais, valor que todos os participantes recebiam. Indagado sobre como se sentia após o ocorrido, afirmou que não estava “triste nem desapontado”. E completou: “As folhas não caem de uma árvore se Deus não quiser. Ele julgou que não deveríamos vencer. Eu aceito. Talvez o dinheiro nos trouxesse problemas. Além do que, não perdi nada. Só deixei de ganhar”.¹

¹ Fonte: *Folha de S.Paulo*, 28 fev. 2002. p. E-5, Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u21686.shtml>>. Acesso em: 27 fev. 2009.

Elaborado especialmente para o *São Paulo faz escola*.

1. Você aceita como válida a explicação dada pelo senhor para o fato de não ter acertado a resposta? Justifique.

2. Você conhece situações em que as pessoas respondem, de forma semelhante à descrita no texto apresentado? Relate-as sumariamente e as comente, posicionando-se.



Leitura e Análise de Texto

Sobre o destino

Uma das formas mais comuns de manifestação do determinismo é o fatalismo, que consiste na concepção segundo a qual as coisas acontecem porque têm de acontecer, porque foram fixadas pelo destino, sem que se possa mudar o rumo dos acontecimentos.

Mas será que existe mesmo um destino previamente traçado e do qual não podemos escapar? Essa pergunta, que ainda intriga muita gente nos dias atuais, já era feita pelos gregos na Antiguidade. E, a julgar pela sina de Édipo, descrita na tragédia de Sófocles, a resposta, para eles, era afirmativa. Vejamos, então, um breve resumo dessa história.

Laio era rei de Tebas e Jocasta, a rainha. Não conseguiam ter filhos, por isso o rei decidiu ir a Delfos consultar o oráculo e receber orientações para ter um sucessor ao seu trono. A resposta do Oráculo transtorna Laio: se tiver um filho, este matará o pai e se casará com a mãe. Mortificado, Laio decide não ter filhos. Porém, em um momento de embriaguez ama Jocasta e a engravida. Os reis tornam-se pais de um menino, confiado a um pastor, que deveria levá-lo para uma montanha e matá-lo, para evitar a realização da profecia.

Ao chegar à montanha, porém, o pastor se comove com o olhar do menino e decide entregá-lo a outro pastor que, por sua vez, entregou-o ao rei Pólipo e à rainha Peribeia, de Corinto, que não tinham filhos e desejavam um. Adotam o filho de Laio e Jocasta com o nome de Édipo. Embora ele próprio desconhecesse sua origem, as pessoas do lugar sabiam que não era filho biológico do rei. Édipo ouvia comentários sobre não ser filho de Pólipo e, intrigado e insatisfeito, vai a Delfos consultar o oráculo para saber sua origem. O oráculo responde-lhe com a profecia que fizera a Laio: ele matará seu pai e se casará com sua mãe. Horrorizado, Édipo decide se exilar para o mais longe possível a fim de proteger aqueles a quem tinha como pais. Assim, em vez de voltar para Corinto, dirige-se a Tebas, sem saber que estava regressando à sua terra natal.

Tebas vivia uma epidemia de peste terrível. Preocupado, o rei Laio (pai biológico de Édipo) decide ir a Delfos pedir conselhos ao oráculo. No caminho, depara-se com Édipo (sem saber que se tratava de seu filho), justamente numa parte estreita da estrada em que só era possível passar uma carruagem de cada vez. Laio, na condição de soberano, julga ter prioridade na passagem e ordena a seu cocheiro que mande Édipo se afastar. O cocheiro obedece, demonstrando certa violência. Édipo reage e, na luta, mata o cocheiro e também Laio. Um dos membros do séquito real, porém, consegue fugir e retorna para Tebas. Édipo, considerando que agiu em legítima defesa, segue seu caminho.

Tempos depois, ao chegar à cidade, descobre que ela está sob a ameaça da Esfinge: um monstro com cabeça e seios de mulher e patas de leoa que se alojara às portas da cidade e se divertia propondo enigmas aos jovens tebanos. Quando não conseguiam responder,

devorava-os. Creonte, irmão da rainha Jocasta, governava Tebas após a morte do rei. Ao se deparar com Édipo, alimenta a esperança de que talvez este jovem fosse capaz de resolver um enigma apresentado pela Esfinge, libertando a cidade dos males que estava sofrendo. Propõe-lhe, então, que, se derrotar o monstro, poderá se casar com a rainha Jocasta.

Édipo aceita o desafio. A Esfinge pergunta: “Quem, entre os que vivem na Terra, de manhã tem quatro pés, dois pés ao meio-dia e três à tarde?” Édipo responde que é o homem. Quando criança ele engatinha, na idade adulta é bípede e na velhice usa uma bengala. A Esfinge, derrotada, atira-se do alto do rochedo e morre.

Édipo é recebido na cidade como herói e, como recompensa, casa-se com Jocasta, ignorando tratar-se de sua mãe e tornando-se rei de Tebas. Durante anos tudo corre muito bem e o casal tem quatro filhos. Até que, de repente, uma outra peste se abate sobre a cidade. As crianças nascem deformadas ou mortas. Uma doença misteriosa ataca homens, mulheres, crianças e idosos.

Creonte resolve mandar alguém a Delfos para saber do oráculo a origem dessa epidemia. A resposta é que a peste duraria enquanto o assassinato de Laio não fosse vingado. Édipo, então, sem saber que o assassino era ele próprio, assume o compromisso de achar o culpado e inicia uma investigação. Nesse meio tempo, chega a Tebas um mensageiro, vindo de Corinto, trazendo uma triste notícia para o rei: a de que seus pais, o rei e a rainha de Corinto, haviam morrido. Triste e com sentimento de culpa por estar longe dos pais, Édipo justifica-se dizendo que saíra de Corinto por causa da previsão do oráculo de que mataria seu pai e se casaria com sua mãe. Ao ouvir isso, o mensageiro lhe revela que isso não seria possível, pois Pólipo e Peribeia não eram seus pais biológicos. Édipo, estupefocado, pergunta ao mensageiro como ele poderia saber de tudo aquilo. Ao que ele responde: “Eu sei porque fui eu quem entregou você a meus patrões”. “E quem te deu esta criança?”, pergunta Édipo. O mensageiro aponta para um dos presentes, reconhecendo o pastor de Laio que lhe havia entregue o menino. Édipo, então, se dirige ao pastor perguntando quem lhe dera a criança. Ele responde: “Jocasta”.

Édipo percebe que a profecia do oráculo se cumprira: ele era filho da mulher com quem se deitara e cujo marido, seu pai, fora morto por suas mãos. Feito um louco, corre para o palácio à procura de Jocasta e a encontra morta, enforcada com seu cinto. Inconformado e apavorado, fura os próprios olhos com as presilhas do vestido de sua mãe/esposa.

Resumo do mito narrado por Sófocles (dramaturgo grego que viveu entre 496 a.C. e 406 a. C.): *Édipo Rei*. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailObraForm.do?select_action=&co_obra=2255>. Acesso em: 12 jan. 2010.

1. Qual era a mensagem desta tragédia para a sociedade ateniense daquela época em relação à questão do destino? Justifique sua resposta.

2. Na história de Édipo ocorre uma sucessão de “acazos” que o conduzem à realização da profecia do oráculo: a bebedeira do pai, a fertilidade da mãe justamente naquele dia, a presença do outro pastor, o desejo dos reis de Corinto de ter um filho, o encontro com Laio na parte estreita da estrada, a fuga de um dos acompanhantes do rei, a Esfinge, a resposta ao enigma, a peste em Tebas, a chegada do mensageiro de Corinto etc. Esse determinismo presente nas narrativas trágicas mostra um encadeamento de eventos que condicionam um determinado fim, mas o determinismo está presente também nas explicações científicas, o chamado determinismo científico. Converse com seus professores e colegas, consulte a internet e os livros disponíveis na biblioteca e indique exemplos de determinismo nas ciências.



PARA SABER MAIS

Filme

- *Quem quer ser um milionário (Slumdog Millionaire)*, Direção: Danny Boyle. Inglaterra, 2008. 120 min. 16 anos. Drama. O filme vencedor do Oscar de 2009, apresenta um jovem indiano, chamado Jamal, morador de uma favela e que trabalha servindo chá em um *call center*, que decide participar de um programa de TV homônimo ao filme. Para a estupefação de todo o país, o jovem consegue chegar à última pergunta, ficando prestes a ganhar o prêmio máximo: 20 milhões de rúpias.

Após assistir ao filme, reflita: Você vê semelhanças entre as histórias do protagonista Jamal, do senhor que participou do programa brasileiro de perguntas e respostas e de Édipo? Quais?

Caso você não consiga assistir ao filme, consulte seu professor sobre a possibilidade de substituí-lo por outro ou mesmo por um livro que ajude a enriquecer as questões estudadas.



Leitura e Análise de Texto

Liberdade humana e providência divina

Outra forma de manifestação do determinismo é a doutrina da providência divina. Providência vem do latim *providentia* e significa conhecer, ver ou descobrir antecipadamente. Nesse sentido, essa doutrina se assemelha bastante ao fatalismo, com a diferença de que ela possui um caráter mais explicitamente religioso. Em linhas gerais, consiste em afirmar que Deus é o criador da ordem do mundo e responsável pela condução dos acontecimentos. Em outras palavras, o mundo possui uma ordem racional que vem de Deus e que compreende tanto os acontecimentos quanto as ações dos homens.

De modo geral, a doutrina da providência implica negar a possibilidade da liberdade humana, pois ao homem cabe apenas adequar-se aos desígnios divinos.

O tema da providência foi objeto da preocupação de vários filósofos ao longo da história. Alguns deles, porém, procuraram conciliar a tese da ordenação divina com a liberdade do homem. Um desses foi o inglês Thomas Hobbes, que viveu entre os séculos XVI e XVII.

Em sua obra *Leviatã*, na qual expõe suas teses políticas, dedica o capítulo XXI à questão da liberdade dos súditos. Inicia definindo a liberdade: “Liberdade significa, em sentido próprio, a ausência de oposição (entendendo por oposição os impedimentos externos do movimento)”.¹

Em seguida, apresenta alguns exemplos de situações em que não há liberdade: quando alguém está “amarrado ou envolvido de modo a não poder mover-se”; as “criaturas vivas, quando se encontram presas ou limitadas por paredes ou cadeias”; “as águas, quando são contidas por diques ou canais”.²

No caso do conceito de “livre-arbítrio”, Hobbes atribui a ele um significado um pouco diferente. Assim como quando dizemos “o caminho está livre” não pretendemos afirmar a liberdade do caminho propriamente dito, mas sim das pessoas que por ele passam, assim também, quando falamos em livre-arbítrio não podemos inferir dessa expressão a “liberdade da vontade, do desejo ou da inclinação, mas apenas a liberdade do homem”.³ Esta “consiste no fato de ele não deparar com entraves ao fazer aquilo que tem vontade, desejo ou inclinação”.⁴ Em outras palavras, o homem é livre para fazer o

que tem vontade, mas não é livre para escolher a vontade, o desejo e a inclinação que tem. A vontade, o desejo e a inclinação que há no homem derivam de outras causas, alheias a ele. Mais precisamente, derivam de uma cadeia de causas, cuja origem está em Deus, que é a causa primeira de tudo.

Assim, Hobbes procura conciliar liberdade e necessidade:

“A liberdade e a necessidade são compatíveis: tal como as águas não tinham apenas a liberdade, mas também a necessidade de descer pelo canal, assim também as ações que os homens voluntariamente praticam, dado que derivam de sua vontade, derivam da liberdade; ao mesmo tempo que, dado que os atos da vontade de todo homem, assim como todo desejo e inclinação, derivam de alguma causa, e esta de uma outra causa, numa cadeia contínua (cujo primeiro elo está na mão de Deus, a primeira de todas as causas), elas derivam também da necessidade. De modo tal que para quem pudesse ver na conexão dessas causas a necessidade de todas as ações voluntárias dos homens pareceria manifesta”.⁵

Se, em última instância, a origem da vontade humana encontra-se em Deus, então a ideia de providência divina fica preservada:

“Portanto Deus, que vê e dispõe todas as coisas, vê também que a liberdade que o homem tem de fazer o que quer é acompanhada pela necessidade de fazer aquilo que Deus quer, e nem mais nem menos do que isso. Porque, embora os homens possam fazer muitas coisas que Deus não ordenou, e das quais portanto não é autor, não lhes é possível ter paixão ou apetite por nada de cujo apetite a vontade de Deus não seja a causa”.⁶

Não fosse assim, a liberdade do homem “seria uma contradição e um impedimento à onipotência e liberdade de Deus”.⁷

É, pois, por esse raciocínio que Hobbes procura conciliar a liberdade do homem com a providência divina. Trata-se, porém, de uma liberdade limitada pelo fato de ser a vontade humana, necessariamente, derivada da vontade de Deus.

Ora, entre os atributos de Deus estão a sapiência, a bondade, o amor, a justiça. Assim, atribuir a ele a causa da vontade humana como da ordem do mundo e dos acontecimentos não seria uma forma de minimizar a responsabilidade do homem pelas circunstâncias em que vive? Não seria uma estratégia eficaz para sacralizar e legitimar o mundo e a ordem social vigente? Nesse sentido, não haveria na tese da providência divina, pelo menos na forma acrítica em que ela comumente é apresentada, um sentido politicamente conservador?

¹ HOBBS, Thomas. *Leviatã ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. Tradução João P. Monteiro e Maria B. N. da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1983. p. 129. (Os Pensadores).

² Idem, p. 129.

³ Idem, ibidem.

⁴ Idem, ibidem.

⁵ Idem, p. 130.

⁶ Idem, ibidem.

⁷ Idem, ibidem.

Após a leitura do texto *Liberdade humana e providência divina*, responda às questões.

1. Em que consiste a tese da providência divina?

2. O que pensa Hobbes sobre a liberdade?



Leitura e Análise de Texto

Partido alto

Diz que deu, diz que dá
Diz que Deus dará
Não vou duvidar, ô nega
e se Deus não dá

Como é que vai ficar, ô nega
Diz que Deus diz que dá
E se Deus negar, ô nega
Eu vou me indignar e chega
Deus dará, Deus dará
Deus é um cara gozador, adora brincadeira
Pois pra me jogar no mundo, tinha o mundo
[inteiro
Mas achou muito engraçado me botar
[cabreiro
Na barriga da miséria, eu nasci batuqueiro
Eu sou do Rio de Janeiro

Jesus Cristo inda me paga, um dia inda
[me explica
Como é que pôs no mundo esta pobre
[coisica

Vou correr o mundo afora, dar uma
[canjica
Que é pra ver se alguém se embala ao
[ronco da cuíca
E aquele abraço pra quem fica
Deus me fez um cara fraco, desdentado
[e feio
Pele e osso simplesmente, quase sem
[recheio
Mas se alguém me desafia e bota a mãe
[no meio
Dou pernada a três por quatro e nem me
[despenteio
Que eu já tô de saco cheio
Deus me deu mão de veludo pra fazer
[carícia
Deus me deu muitas saudades e muita
[preguiça
Deus me deu pernas compridas e muita
[malícia
Pra correr atrás de bola e fugir da polícia
Um dia ainda sou notícia.

Chico Buarque
1972 © Marola Edições Musicais Ltda.

Com base na letra da música indicada responda às questões.

1. Você vê alguma relação entre a música e o conteúdo do texto apresentado? Fundamente sua resposta.

2. A seu ver, as situações descritas na música podem ser atribuídas a Deus? Justifique.

 **VOCÊ APRENDEU?** 

1. O que é determinismo?

2. Como Hobbes procura eliminar a contradição entre providência divina e livre-arbítrio? Você concorda? Justifique.

3. Em folha avulsa, elabore uma breve dissertação comparando libertarismo e determinismo, com base nos autores estudados.



SITUAÇÃO DE APRENDIZAGEM 4 A CONCEPÇÃO DIALÉTICA DA LIBERDADE

Nesta Situação de Aprendizagem será abordada uma concepção de liberdade que busca superar a contradição entre o libertarismo e o determinismo. Para tanto, iniciaremos com a análise da letra da música *Como uma onda (Zen Surfismo)*, de Nelson Motta/Lulu Santos, que será apresentada pelo professor, e com a leitura do texto *A dialética*. Após a leitura atenta, responda ao que se pede.



Leitura e Análise de Texto

Música: Como uma onda (Zen Surfismo)

Composição: Nelson Motta/Lulu Santos



Leitura e Análise de Texto

A dialética

Vimos que tanto o libertarismo como o determinismo levantam aspectos importantes sobre o problema da liberdade, mas não oferecem respostas suficientes para ele. Enquanto o primeiro desconsidera a influência das circunstâncias em nossas decisões, o segundo enfatiza de tal maneira essa influência que chega a negar a liberdade. Mas haverá uma posição capaz de incorporar a contribuição positiva dessas duas concepções da liberdade e, ao mesmo tempo, superar suas limitações? Uma posição que admita os condicionamentos externos sem abrir mão da liberdade? Uma possível resposta parece estar na concepção dialética da liberdade.

Mas o que vem a ser dialética? De acordo com o *Dicionário Houaiss*, “em sentido bastante genérico”, a palavra está associada à ideia de “oposição, conflito originado pela contradição entre princípios teóricos ou fenômenos empíricos”.¹

Um dos primeiros a desenvolver essa forma de pensar foi Heráclito (séculos VI e V a.C.), filósofo grego do período pré-socrático que viveu na cidade de Éfeso. Para ele, nada é imóvel, imutável, isto é, nada permanece aquilo que é; ao contrário, tudo está em movimento, tudo muda, tudo flui, tudo se transforma, tudo é devir. Por isso, ele teria dito: “Não se pode entrar duas vezes no mesmo rio”, porque tanto as águas como a pessoa que nelas entra novamente já não são as mesmas.

O motor dessa transformação é a contradição que está contida em todas as coisas. Isso quer dizer que, no interior de cada coisa, há forças opostas em luta entre si e que fazem com que ela deixe de ser o que é e se torne outra coisa. Em outras palavras, cada coisa é uma “unidade de contrários”. Dia e noite, vida e morte, luz e escuridão, tristeza e alegria, quente e frio, amor e ódio, acaso e necessidade, beleza e feiura, enfim, qualquer que seja a dupla de contrários que se imagine, cada elemento da contradição traz dentro de si a sua negação (o seu contrário) e nele se transforma, num movimento infinito.

No tempo de Sócrates e Platão, a palavra “dialética” designava certo modo de discutir ou dialogar que tinha por objetivo explicitar as contradições presentes no raciocínio dos interlocutores, a fim de superar as divergências das opiniões particulares e atingir o conhecimento verdadeiro.² Portanto, também aí o conceito de dialética estava associado à ideia de contradição, de conflito, de antagonismo e de busca de sua superação. No caso da dialética socrática e platônica, tratava-se da contradição presente no pensamento e no discurso, responsável por produzir um conhecimento falso ou, pelo menos, impreciso (opinião – *doxa*) e que precisava ser substituído por outro, considerado verdadeiro (ciência – *episteme*).

De lá para cá, ao longo da história da Filosofia, inúmeros filósofos fizeram uso do conceito de dialética, atribuindo a ele diferentes conotações, mas sempre enfatizando o aspecto da contradição. Esta, portanto, constitui um elemento fundamental na perspectiva dialética.

Mas quem de fato sistematizou a dialética como método de interpretação da realidade foi um filósofo alemão idealista, dos séculos XVIII e XIX, chamado Georg Wilhelm

Friedrich Hegel. De modo muito simplificado, podemos dizer que Hegel, retomando a tese de Heráclito da luta dos contrários, concebe a História como um processo que resulta das contradições presentes no pensamento. Analisando a evolução do pensamento humano, Hegel percebeu que ela ocorre por um processo que envolve três momentos: o da tese (afirmação de uma ideia ou posição), o da antítese (afirmação da ideia contrária à primeira) e o da síntese (conclusão derivada da superação da contradição entre as duas primeiras). Esta conclusão, uma vez estabelecida, se transformará numa nova síntese, começando-se o processo. É o que ocorre, por exemplo, segundo ele, com os sistemas filosóficos que ao longo da história sucederam-se uns aos outros por um processo de tese, antítese e síntese. Como, porém, Hegel considerava o pensamento (as ideias, a consciência, o espírito) o motor da História, sua filosofia tem caráter idealista.

Marx absorve o núcleo dialético do pensamento hegeliano, mas confere a ele um caráter materialista. Para ele, a realidade, o mundo, a sociedade também estão permeados por contradições, mas estas não derivam do pensamento, e sim do modo como os homens produzem a sua existência material e do tipo de relações sociais que estabelecem entre si nesse processo produtivo. Por exemplo, no modo de produção capitalista, as relações sociais dominantes ocorrem entre capitalistas (proprietários dos meios de produção) e proletários (proprietários da força de trabalho). Entre estas duas classes sociais, há uma relação de contradição, de antagonismo, pois a realização dos interesses de uma (exploração do trabalho e obtenção da mais-valia) implica a negação dos interesses da outra (libertação da exploração). Assim, uma das principais contradições da sociedade é justamente a luta de classes, que, na visão de Marx e Engels, não é exclusiva da sociedade capitalista, mas algo que se verifica em toda a história da humanidade e que, para eles, atua como motor das transformações que se sucederam ao longo desta história. Nas palavras dos autores:

“A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária, da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta.

Nas primeiras épocas históricas, verificamos, quase por toda parte, uma completa divisão da sociedade em classes distintas, uma escala graduada de condições sociais. Na Roma Antiga encontramos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores, vassallos, mestres, companheiros, servos; e, em cada uma destas classes, gradações especiais.

A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez senão substituir novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta às que existiram no passado”.³

Assim, para Marx e Engels, não é o pensamento que, organizando-se de forma contraditória (tese, antítese e síntese), produz a realidade material, mas, sim, a realidade que, por força das contradições nela inerentes (como a luta de classes, por exemplo), gera as diferentes formas de pensamento. Dizendo de outra maneira: “Não é a consciência que determina a vida, mas, sim, a vida que determina a consciência”.⁴

Eis, portanto, o materialismo de Marx e Engels. Mas, como se trata de um materialismo dialético, isto é, que afirma a existência da contradição, da luta dos contrários, essa relação de determinação também é contraditória, de modo que, se, de um lado, a consciência é determinada pela vida, de outro lado, esta também é determinada por aquela. Há, na realidade, uma “ação recíproca” de mútua determinação entre os elementos opostos. Daí a conclusão dos autores para todo esse raciocínio de que “é tão verdade serem as circunstâncias a fazerem os homens como a afirmação contrária”.⁵

Esta última afirmação já nos sugere um caminho alternativo para superar a contradição entre determinismo e libertarismo.

¹ *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Edição eletrônica. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

² Este sentido é mais próximo do etimológico, pois dialética vem do termo grego *dialektikê*, que significa “arte de discutir e usar argumentos lógicos”. Idem.

³ MARX, K. e ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2273>. p. 1-2. Acesso em: 12 jan. 2010.

⁴ MARX, K. e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2233>. p. 9. Acesso em: 12 jan. 2010.

⁵ Idem, p. 24.

Elaborado especialmente para o *São Paulo faz escola*.

1. Que relação a música *Como uma onda (Zen Surfismo)* pode ter com a noção de dialética? Justifique.

2. Como se pode definir a dialética em um sentido mais geral?

3. Qual é o significado da frase atribuída a Heráclito: “Não se pode entrar duas vezes no mesmo rio”? Você concorda com ele?

4. Que sentido tinha o termo “dialética” para Sócrates e Platão?

5. Qual é a principal diferença entre a dialética de Hegel e a de Marx e Engels?

6. Analise e comente o significado da frase de Marx e Engels: “A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes”.



Leitura e Análise de Texto

Dialética e liberdade

O problema da liberdade diz respeito à concepção que se tem do homem e de seu papel (ativo ou passivo) na história. Ora, na perspectiva do materialismo histórico dialético, o homem não pode ser concebido como um ser abstrato, isolado, destacado do mundo concreto em que vive (como faz, por exemplo, o libertarismo). Ele é, “em sua realidade, o conjunto das relações sociais”¹, diz Marx. Afirmar que o homem é “o conjunto das relações sociais” é reconhecer que ele não é um indivíduo isolado, abstrato, pura subjetividade,

imune às circunstâncias em que vive e às relações sociais que estabelece com seus semelhantes. Pelo contrário, ele é, em grande medida, produto dessas relações e transforma-se continuamente com as transformações dessas relações. O homem da sociedade capitalista não é o mesmo do feudalismo, que, por sua vez, não é o mesmo do escravismo, que não é o mesmo das comunidades primitivas. Podemos dizer, portanto, que o homem é determinado pelas relações sociais ou que ele é socialmente determinado.

Mas, como vimos, a dialética supõe a contradição e a ação recíproca entre os elementos de uma dupla de contrários. Portanto, conceber o homem dialeticamente implica entender que a relação dele com a História, com a sociedade, com a natureza, com os outros homens, enfim, com a realidade que o cerca é também contraditória e de mútua determinação. Assim, se as relações sociais produzem os homens, assim também os homens produzem as relações sociais que vivenciam. Ou, mais fielmente às palavras de Marx e Engels: “É tão verdade serem as circunstâncias a fazerem os homens como a afirmação contrária”.²

Assim, do ponto de vista da dialética, o homem tem um papel ativo na determinação das circunstâncias em que vive. Mas, como ele é também socialmente determinado, cabe perguntar: Em que medida ele é realmente capaz de alterar as relações sociais de que participa? Até onde vai o seu poder de fazer a História? Com que grau de liberdade ele o exerce? De acordo com Marx: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e, sim, sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.³ Não se trata, portanto, de um poder ilimitado, absoluto, tampouco de um poder irrisório, insignificante, nulo.

Concluindo, podemos dizer que a perspectiva dialética permite superar tanto a onipotência do libertarismo quanto a impotência do determinismo, colocando sobre nossos ombros a exata medida de responsabilidade que nos cabe na construção de nosso destino. De fato, não podemos tudo. Mas há algo que podemos, a partir das condições objetivas em que nos encontramos. E é nesta margem relativa de possibilidades limitadas que podemos fazer valer a nossa liberdade.

¹ MARX, K. *Teses sobre Feuerbach*. Tese VI. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2262>. p. 2. Acesso em: 12 jan. 2010.

² MARX, K. e F. ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2233>. p. 24. Acesso em: 12 jan. 2010.

³ MARX, K. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2237>. p. 2. Acesso em: 12 jan. 2010.

Elaborado especialmente para o *São Paulo faz escola*.

1. O que significa dizer que o homem é um “conjunto de relações sociais”?

2. Como a concepção dialética procura superar a contradição entre libertarismo e determinismo? Posicione-se.



LIÇÃO DE CASA



Analise, em folha avulsa, as letras das músicas, procurando explicitar e discutir a concepção de liberdade nelas subjacente. As músicas são *O sal da Terra*, de Beto Guedes e Ronaldo Bastos, que será apresentada pelo professor, e *O amanhã*, de João Sérgio, apresentada a seguir.



Leitura e Análise de Texto

Música: O sal da Terra

Composição: Beto Guedes/Ronaldo Bastos

O Amanhã

A cigana leu o meu destino
Eu sonhei!
Bola de cristal
Jogo de búzios, cartomante
E eu sempre perguntei
O que será o amanhã?
Como vai ser o meu destino?
Já desfolhei o malmequer

Primeiro amor de um menino...
E vai chegando o amanhecer
Leio a mensagem zodiacal
E o realejo diz
Que eu serei feliz

Como será amanhã?
Responda quem puder
O que irá me acontecer?
O meu destino será
Como Deus quiser

João Sérgio
© Top Tape Edições Musicais.



VOCÊ APRENDEU?



1. De que forma o conceito de ação recíproca pode questionar o determinismo?

2. Apresente a diferença entre a concepção de dialética dos diferentes autores analisados.

3. Elabore, em folha avulsa, uma dissertação sobre o tema “a concepção dialética de liberdade” como forma de superação do libertarismo e do determinismo, resgatando esses conceitos já trabalhados em dissertação anterior.